

Supremo Tribunal Federal

22.11.94

SEGUNDA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Nº 01673591/210

1761

ORIGEM : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECORRIDO : MANOEL MENDONÇA DA SILVA

0017970900
0437167350
0910000030

EMENTA: - Recurso extraordinário. Precatório judiciário. Pagamentos devidos pelo INSS, resultantes de ações acidentárias. 2. São de natureza alimentícia os créditos decorrentes de decisões judiciais em ações de acidente do trabalho. 3. Os pagamentos desses débitos do INSS ficam, em princípio, sujeitos à expedição do precatório a que se refere o art. 100 da Constituição, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8197, de 27.6.1991, cuja vigência não foi suspensa pelo Plenário do STF, no julgamento da medida cautelar na ADIN nº 571-5 - DF, 28.11.1991. 4. Orientação de ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário conhecido e provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, conhecer do recurso e lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de novembro de 1994.

José Néri da Silveira
NÉRI DA SILVEIRA - PRESIDENTE E RELATOR

BOA/



22.11.94

SEGUNDA TURMA

1762

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Nº 01673591/210

ORIGEM : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECORRIDO : MANOEL MENDONÇA DA SILVA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (RELATOR): -
Cuida-se de recurso extraordinário, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com apoio no art. 102, item III, letra "a", da Constituição, contra acórdão da Quarta Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

Sustenta o recorrente que o aresto em comento, ao negar provimento a agravo de instrumento ajuizado pela Autarquia, visando reformar decisão de juízo de primeira instância, proferida na ação acidentária, em fase de execução, proposta por Manoel Mendonça da Silva, na qual determinou o depósito de quantia devida ao recorrido independentemente de precatório, vulnerou o art. 100, da Constituição. Alega-se, ademais, que a Carta Magna não aboliu a expedição de precatórios, para pagamento dos valores devidos pelas entidades públicas, mesmo em se tratando de crédito de natureza alimentar, apenas deu prioridade para o pagamento desses créditos, permitindo, assim, que tenham precedência sobre os demais.

Intimado, manifestou o recorrido as contra-razões de fls. 67/74.

Entendendo versar a questão sobre matéria que envolve interpretação de texto constitucional, admitiu o processamento do recurso extraordinário, pelo despacho de fls. 77/78, o ilustre Vice-Presidente do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

Oficiando no feito, opinou a Procuradoria-Geral da República, no parecer de fls. 82/83, no sentido de se negar seguimento ao apelo, ou, se assim não se entender, que o recurso extraordinário não seja conhecido.

É o relatório.

J. Wên

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Nº 01673591/210

1763

V O T O

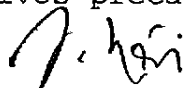
O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (RELATOR): -

Discute-se se o precatório é necessário no pagamento de obrigações a que condenado o INSS resultantes de ações acidentárias. Afirma-se que o seguro de acidente do trabalho foi integrado no sistema de previdência social pela Lei nº 5316/1967 e legislação posterior, assim vindo a ser administrado pelo órgão previdenciário, com exclusividade, sem, entretanto, perder a natureza de seguro. Sustenta-se, em consequência, que a Autarquia recorrente, tornada administradora do fundo de contribuições securitárias, não pode ser equiparada, no ponto, à Fazenda Federal, pois o sistema securitário não opera no regime de orçamento público de um exercício para outro.

Sustenta o INSS, de outra parte, no recurso, que o pagamento está sujeito ao precatório a que se refere o art. 100 da Constituição, nos termos do parágrafo único do art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27.6.1991, regulamentada pelo Decreto nº 430, de 20.1.1992.

Ambas as Turmas do STF já acolheram o entendimento sustentado pelo INSS, no que concerne à não dispensa de precatório para a satisfação de débitos resultantes de decisão judicial em ação acidentária.

Assim, a Primeira Turma, no RE 167.051-7 - SP, rel. Min. Ilmar Galvão, j. a 7.10.1993, D.J.U. de 8.10.1993, págs. 21.018/19; no RE 156.111-4 - PE, rel. Min. Moreira Alves, j. a 2.3.1993, D.J.U. de 26.3.1993, pág. 5008. Em ambos os julgados, a Primeira Turma teve presente decisão do Plenário na ADIn 47 - SP, em que se confirmou a validade da distinção das duas ordens de precatórios, à vista do art. 100 da Constituição; o que vale dizer, também para os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, referentes a obrigações de natureza alimentícia, o precatório é exigido, sendo, tão-só, assegurado o direito de preferência aos credores de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais, tal como



RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Nº 01673591/210

1764

deflui do art. 4º e seu parágrafo único, da Lei nº 8.197, de 1991.

Na mesma linha, a Segunda Turma decidiu no RE 159.246-0 - SP, rel. Min. Carlos Velloso, a 15.4.1994, e, dentre outros, nos RREE 161.284-3; 163.237-2, 163.652-1, 163.690-4, E 163.866-4, todos de São Paulo, rel. Min. Carlos Velloso.

Do exposto, conheço do recurso e lhe dou provimento.

J. Wri

BOA/

Supremo Tribunal Federal

SEGUNDA TURMA

1765

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINARIO N. 167.359-1

ORIGEM : SAO PAULO

RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA

RECTE. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADV. : IRACI SANTOS PEREIRA

RECDO. : MANOEL MENDONÇA DA SILVA

ADVS. : CARLOS ANDRADE E OUTROS

Decisão: Por unanimidade, a Turma conheceu do recurso e deu provimento, nos termos do voto do Relator. 2a. Turma, 22.11.94.

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Marco Aurélio e Francisco Rezek.

Subprocurador-Geral da República, o Dr. Mardem Costa Pinto.

José Wilson Aragão.

Secretário